

ESTE ARTIGO ENCONTRA-SE EM PROCESSO DE PUBLICAÇÃO. É PROIBIDA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO.

Violência contra o adolescente: uma análise à luz das categorias gênero e geração

Violence against adolescents: an analysis based on gender and generation categories

La violencia contra los adolescentes: un análisis a la luz de las categorías género y generación

Rafaela Gessner¹

Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca²

Resumo

Estudo exploratório, descritivo, de abordagem quantitativa e qualitativa que analisa o fenômeno da violência contra o adolescente à luz das categorias gênero e geração. As fontes de dados foram as notificações de violência contra o adolescente da Rede de Proteção do município de Curitiba, de 2010 a 2012 e entrevistas semi-estruturadas com 16 adolescentes abrigados. Os dados quantitativos foram analisados pelo *software* SPSS, versão 20.0 e os qualitativos por meio de análise de conteúdo. Os resultados apontaram que as notificações mantiveram-se constantes no período, exceto as de violência sexual que aumentaram. A violência ocorreu mais no domicílio, incidindo mais sobre as meninas. Os adolescentes estão expostos à violência cometida no ambiente doméstico e fora dele, podendo atuar como vítimas ou expectadores. Mais que constatar a magnitude do problema, o estudo pode fornecer subsídios para melhorar a assistência prestada aos sujeitos vitimizados e o enfrentamento do fenômeno.

Palavras-chaves: Violência. Adolescente. Saúde do adolescente. Violência de gênero.

Abstract

Exploratory and descriptive study based on quantitative and qualitative methods that analyze the phenomenon of violence against adolescents based on gender and generation categories.

¹ Enfermeira. Mestranda da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Av. Doutor Enéas, 419. Cerqueira César, São Paulo- SP. (41)3019-1779. rgessner2@yahoo.com.br.

² Professora Titular do departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Av. Doutor Enéas, 419. Cerqueira César, São Paulo- SP rmsgfon@usp.br.

*Artigo extraído de dissertação de mestrado intitulada Violência contra o adolescente: uma análise à luz das categorias gênero e geração. 2013. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

The data source were reports of violence against adolescents from the Network for the Protection of Curitiba regarding years 2010 to 2012 and semi-structured interviews of 16 sheltered adolescents. Quantitative data were analyzed using SPSS software 20.0 and the qualitative data through content analysis. The results indicated that the notifications have remained constant over the period, except sexual violence. The violence occurred mainly at home, focusing more on female victims. Adolescents are exposed to violence in their home and outside the home, and can be victims or viewers of violence. More than indicate the magnitude of the issue, this study could give information to improve the assistance given to victimized people and address how to face this phenomenon.

Keywords: Violence. Adolescent. Adolescent health. Gender violence.

Resumen

Estudio exploratório, descritivo, de abordagem quantitativo y cualitativo que analiza el fenómeno de la violencia contra los adolescentes a la luz de las categorías de género y generación. Las fuentes de datos fueron las denuncias de violencia contra los adolescentes mantenidos por la Red de Protección en Curitiba entre los años 2010-2012 y entrevistas semi-estructuradas con 16 adolescentes alojados. Los datos cuantitativos fueron analizados usando el software SPSS, versión 20.0 y los cualitativos por la análisis de contenido. Los resultados mostraron que las notificaciones se han mantenido constantes durante el período, a excepción de la violencia sexual. La violencia se produjo principalmente en el hogar, centrándose más en las niñas. Los adolescentes están expuestos a la violencia cometida en el hogar y en el exterior, y pueden actuar como víctimas o espectadores. Más que encontrar la magnitud del problema, el estudio puede servir de base para mejorar la asistencia a las personas víctimas y hacer frente a este fenómeno.

Palabras-clave: Violencia. Adolescente. Salud del Adolescente. Violencia de gênero.

Introdução

A violência contra o adolescente é um fenômeno atual, que desperta grande preocupação, sobretudo devido aos altos índices de morbimortalidade a que está associada. Adquire ainda mais expressão em países em desenvolvimento, como o Brasil, onde se destacam a desigualdade social e a insuficiência de políticas públicas⁽¹⁾.

Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) apontam que a cada ano, mais de um milhão de mortes são ocasionadas por violência interpessoal, coletiva ou auto-violência, sobretudo na população entre 15 e 44 anos de idade⁽²⁾. Diante disso, a OMS caracteriza a

violência como um dos principais problemas mundiais no que tange à área da saúde e a define como: *Uso da força ou do poder real em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo, ou contra uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesões, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação*^(2:30). Constitui, assim, um complexo dinâmico que se difunde nas relações sociais e interpessoais, decorrente de relações desiguais de poder, atingindo todas as camadas sociais⁽³⁾.

A violência perpetrada contra adolescentes, intra ou extrafamiliar, é um fenômeno inerente às contradições existentes nas relações geracionais, de gênero, de classe e étnico-raciais, classificadas como assimétricas e que legitimam o seu caráter de dominação e exploração. Embora em nossa sociedade o adulto seja reconhecido como o detentor de poder sobre todos os sujeitos de outras gerações, este poder se potencializa ainda mais no adulto homem, branco e rico exercido como forma de dominação principalmente do polo mais fraco, ou seja, a criança, o adolescente e a mulher. A naturalização do poder das majorias sobre as minorias é a marca que subjuga as últimas à autoridade representada supostamente pelo sexo, idade, cor da pele e detenção da riqueza⁽⁴⁾. Desnaturalizados, ou compreendidos socialmente, tais atributos biológicos transformam-se em gênero, geração, raça/etnia e classe social.

Quanto especialmente a praticada contra crianças e adolescentes, a violência causa maior impacto quando diz respeito a casos graves como homicídios e incestos, porém, quando naturalizada, ou seja, considerada *comum, usual*, como as palmadas e a humilhação dos menores, não costuma surpreender. Nesse contexto, pode-se dizer que não há, atualmente, problematização da violência como efeito de relações de poder que se estabelecem em nossa sociedade, de maneira que o fenômeno é tratado de forma pontual e casual⁽⁵⁾. Portanto, é urgente a discussão desta temática a partir da compreensão de que se trata de um fenômeno historicamente e socialmente construído, em que o adolescente, como participante das transformações sociais, carece ser valorizado como sujeito de direitos.

Nesse sentido, alguns municípios vêm desenvolvendo ações de sucesso no combate e na prevenção da violência. A Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba foi pioneira no desenvolvimento da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para Violência, tendo em vista que pouco se conhece sobre as iniciativas regionais direcionadas para a violência contra crianças e adolescentes, em outras regiões brasileiras⁽⁶⁾.

Este trabalho teve como objetivo geral analisar o fenômeno da violência contra o adolescente à luz das categorias gênero e geração. Os objetivos específicos foram: conhecer as características da violência contra o adolescente a partir das notificações da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência do município de

Curitiba; identificar, analisar o perfil e conhecer a realidade da violência contra adolescentes abrigados no Município.

Entende-se que reconhecer a magnitude do problema é fundamental para alcançar a quebra do ciclo da violência intrafamiliar e extrafamiliar que afeta a sociedade atual, permitindo, assim, atuar diretamente na sua prevenção e enfrentamento. Portanto, faz-se necessário, além da notificação eficaz dos casos, medidas de promoção de relações equitativas de gênero e geração, que valorizem o adolescente como cidadão. A finalidade do estudo é subsidiar ações pautadas nos referenciais da Saúde Coletiva levando em consideração as categorias gênero e geração, para ampliar o reconhecimento e vislumbrar possibilidades de enfrentamento da violência contra o adolescente como possibilidade do trabalho em rede.

Metodologia

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, de abordagem quantitativa e qualitativa. Os cenários foram a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência de Curitiba e quatro instituições de abrigo do Município.

A Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente de Curitiba, criada no ano 2000, consiste em um conjunto de ações integradas e intersetoriais para prevenir a violência e proteger a criança e o adolescente em situação de risco. Atua na criação de medidas preventivas com o objetivo de enfrentar o problema e contribuir para uma mudança cultural em relação a essa questão, no intuito de intervir precocemente nas situações de violência⁽⁷⁾.

A fonte secundária foi constituída pela base de dados da Rede de Proteção, correspondente aos anos de 2010 a 2012. A base é composta pelas informações que compõem as notificações de casos suspeitos ou confirmados de violência contra o adolescente, registradas pelos sistemas de saúde, educação ou assistência social. Os dados foram analisados pelo *software* SPSS, versão 20.0. Todos os resultados apresentados foram calculados com base no total de casos válidos, ou seja, os que estavam preenchidos no banco de dados. A análise foi fundamentada na estatística descritiva e na realização de testes para a comparação entre as variáveis qualitativas. A associação entre duas variáveis foi avaliada usando-se o teste de Qui-quadrado. Quando o valor de significância calculado (p) foi menor que 0,05 a diferença entre as associações foi considerada estatisticamente significativa.

Os dados das fontes primárias foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas com adolescentes que residiam em abrigos vinculados a organizações não governamentais do Município. Participaram 16 adolescentes abrigados. A entrevista foi realizada na própria instituição. As falas foram gravadas, transcritas na íntegra e submetidas a

análise de conteúdo⁽⁸⁾. As falas foram identificadas com a letra A, seguida da letra F ou M para indicar o sexo, e numeradas, de acordo com a ordem de realização.

A análise foi feita à luz das categorias gênero e geração. Em síntese, a categoria gênero diz respeito à compreensão das relações, construídas historicamente e socialmente, entre os sexos. O gênero diferencia o sexo biológico do sexo social e é, segundo Scott^(9:21), “*um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder*”.

Contudo, entende-se que a categoria gênero não pode ser usada isoladamente para a interpretação da violência. Fez-se necessário buscar a compreensão da realidade por meio de uma alquimia de categorias sociais (gênero, raça e geração), iluminando-se umas ou outras, ou a conjunção de várias, a depender do fenômeno a ser estudado⁽¹⁰⁾. Assim, para compreender o a violência contra o adolescente foi necessário incorporarmos a categoria geração para a análise. Conforme Sarmiento⁽¹¹⁾ o conceito de geração tanto permite diferenciar o que separa e o que une, por exemplo, as crianças e os adolescentes dos adultos, como permite, como categoria analítica, apropriar as “*variações dinâmicas que nas relações entre crianças e adultos vai sendo historicamente produzido e elaborado*”^(11:367).

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da USP, sob Protocolo nº 222.566. A permissão para utilização do Banco de Dados da Rede de Proteção havia sido obtida anteriormente junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, sob o Protocolo 75/2012.

Resultados

O banco de dados revelou que nos anos de 2010, 2011 e 2012 houve 6.677 casos de violência contra adolescentes de 10 a 18 anos. Foram 2.093 casos em 2010, 2.322 em 2011 e 2.262 em 2012. A caracterização dos adolescentes vítimas de violência no período estudado encontra-se na Tabela 1. O sexo feminino foi discretamente mais acometido pela violência e a faixa etária foi a de 10 a 14 anos, destacando-se o ano de 2010 com 66,79% das notificações nessa faixa.

Tabela 1 – Características sociodemográficas dos adolescentes vítimas de violência notificada à Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para Violência de Curitiba, 2010, 2011 e 2012.

Variáveis	2010		2011		2012		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Sexo								
<i>Feminino</i>	1055	50,41	1180	50,82	1138	50,31	3373	50,52
<i>Masculino</i>	1038	49,59	1142	49,18	1124	49,69	3304	49,48
Total	2093	100,00	2322	100,00	2262	100,00	6677	100,00
Faixa Etária								
<i>10 —15</i>	1398	66,79	1431	61,62	1442	63,75	4271	63,96
<i>15 —19</i>	695	33,22	891	38,37	820	36,25	2406	36,03
Total	2093	100,00	2322	100,00	2262	100,00	6677	100,00

Fonte: CE/SMS - Banco de dados da Rede de Proteção. Curitiba 2013.

A violência prevaleceu em sujeitos da cor ou raça branca (72,83%), seguida da parda (22,78%) e preta (4,21%). Ressalta-se que a população do Município é majoritariamente branca (78,88%)⁽¹²⁾, justificando a maior ocorrência de casos nessa população.

A natureza da violência que mais incidiu sobre os adolescentes foi a negligência, seguida da violência física e sexual. No geral, as notificações mantiveram-se constantes no período analisado, excetuando-se a violência sexual que aumentou 24% (Tabela 2).

Tabela 2 – Notificações de violência contra o adolescente, segundo natureza da violência. Curitiba, 2010, 2011 e 2012.

Natureza da Violência	2010		2011		2012		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Negligência	1211	57,86	1351	58,18	1331	58,83	3893	58,30
Física	435	20,78	446	19,21	403	17,90	1284	19,23
Sexual	282	13,48	335	14,43	351	15,50	968	14,50
Psicológica	147	7,02	187	8,05	175	7,72	509	7,63
Abandono	18	0,86	3	0,13	2	0,09	23	0,34
Total	2093	100,00	2322	100,00	2262	100,00	6677	100,00

Fonte: CE/SMS - Banco de dados da Rede de Proteção. Curitiba 2013.

A violência perpetrada contra o adolescente teve maior ocorrência no espaço doméstico (77,19%) havendo, neste espaço, violências de todas as naturezas: negligência (75,48%),

física (11,93%), sexual (6,79%), psicológica (5,35%) e abandono (0,45%). Os casos de violência extrafamiliar (20,21%) foram de violência física (49,70%), sexual (44,80%), psicológica (4,68%) e negligência (0,82%). Ainda quanto ao tipo de violência, 2,60% dos casos notificados diziam respeito à autoagressão.

A natureza da violência praticada contra o adolescente apresentou diferença estatisticamente significativa ($p=0,001$) em relação ao sexo da vítima. A negligência foi mais frequente em vítimas do sexo masculino (67,58%) do que do sexo feminino (49,21%). A violência física foi mais prevalente no sexo masculino (22,70%) do que no feminino (15,83%). Já a violência sexual apareceu mais entre as meninas (25,44%).

Tanto para vítimas do sexo feminino quanto masculino, a mãe foi descrita como a principal agressora (34,54%), seguida por ambos os pais (20,60%) e por desconhecidos (11,15%). O pai ocupa a quarta posição em relação aos agressores (8,88%) (Tabela 10). Entretanto, o autor da violência altera-se a depender da natureza da violência, visto que o sexo do agressor apresentou associação significativa ($p<0,001$) com a natureza da violência. No tocante à negligência, a mãe da vítima foi a principal agressora (52,93%), seguida por ambos os pais (33,64%). Destaca-se que ao pai da vítima é imputada a negligência em apenas 6,36% dos casos. Em relação à violência física, destacaram-se as agressões cometidas por desconhecidos (35,51%), pelo pai (13,86%) e por conhecidos (11,37%).

Especificamente sobre a violência sexual, 88,22% dos casos notificados foram cometidos por um agressor do sexo masculino. Os principais abusadores foram conhecidos das vítimas (27,69%), seguido de desconhecidos (27,58%) e do padrasto (12,70%). Chama atenção o percentual de violência sexual praticada por familiares (33,16%).

Nesta pesquisa, os dados qualitativos foram utilizados para vivificar a realidade, exemplificando situações retratadas pelos dados quantitativos. Trazem à tona, assim, questões e detalhes da vida dos adolescentes que os dados quantitativos não têm potência para revelar.

Da etapa qualitativa deste estudo participaram 16 adolescentes abrigados: 11 meninas e cinco meninos. A idade variou de 12 anos a 17 anos; seis eram de cor/raça branca, seis pardos e quatro negros. A escolaridade variou da 3ª série do Ensino Fundamental (EF) ao 2º ano do Ensino Médio (EM).

Por meio da análise dos discursos emergiram três categorias empíricas: A vida marcada pela violência; O adolescente frente à violência: “ninguém acredita em mim” e O impacto da violência na vida do adolescente.

Os relatos dos adolescentes abrigados revelaram que a violência está presente no seu entorno e marca o seu cotidiano. A prática da agressão física é uma forma habitual de resolução de conflitos familiares, podendo ser evidenciada:

“Toda vez que ele [pai] queria alguma coisa e eu falava que não ia fazer pra ele, ele vinha e me batia.” (AF6)

Os dados remetem à gravidade que a situação de violência caracteriza. A posição de subalternidade em relação ao gênero e a geração que caracterizam o adolescente vítima de violência, e por consequência, o impedem de assumir qualquer posição de defesa, pode ser exemplificada por meio do relato de uma jovem que foi agredida pelo pai:

“Eu tava dormindo, ele [pai] chegou, me jogou no chão, começou a me chutar, apertar meu pescoço com o pé, começou a me bater.” (AF6)

Foi possível perceber que o ciclo da violência, sobretudo a sexual, e, principalmente, quando ocorre no espaço familiar é de difícil rompimento. Muitas vezes a situação é ocultada pelas famílias, que temem o rompimento da unidade familiar. Nesse contexto passa-se a recorrer, por exemplo, a uma intervenção divina à espera da resolução da problemática.

“O meu padrasto e o meu tio também [cometeram abuso sexual]. Eu sempre contava pra minha mãe, mas ela falava deixa nas mãos de Deus. Ela queria o quê?” (AF5)

Foi constatado que a violência se faz presente nas relações familiares e nos espaços da comunidade, caracterizando o adolescente ora como vítima, ora como expectador do fenômeno, tanto na comunidade como na família.

“Meu pai chegava bêbado em casa, minha mãe chegava cansada e ele ficava batendo na minha mãe.” (AM12)

“O bairro era meio favelento, era muito tiro, muita morte e tal.” (AF4)

Constatou-se a dificuldade em reconhecer a violência vivida, a despeito do relato de agressões físicas. Identificou-se a naturalização do fenômeno da violência sofrida, tornando o episódio de certa forma tão banalizado que passa a ser percebido como algo comum e natural.

“Não, nunca, comigo não [ocorreu violência], mas meu pai me batia.” (AF3)

Os discursos dos adolescentes evidenciaram sua impotência perante o agressor, condição essa imposta pela posição que ocupam nas relações de gênero e geração. Os depoimentos revelaram que o poder que o agressor exerce sobre a vítima pode ser expresso de

diferentes maneiras, pela dominação econômica, física e, principalmente, pela psicológica, que acirra o medo e se faz presente nas ameaças.

“Ele [pai] apontava a arma pra mim, ele tinha arma em casa. Eu não tinha o que fazer, ou morria ou... [faz um gesto com as mãos indicando o ato sexual].” (AF9)

Outro fator preocupante no que tange à violência sexual perpetrada contra as adolescentes, é que elas, muitas vezes, são apontadas como sedutoras e, portanto, culpabilizadas pela violência a que são submetidas. O depoimento demonstra essa realidade, enfatizando o discurso socialmente aceito e legitimado de que determinadas mulheres, por sua maneira de se comportar, vestir, falar ou andar, “pedem” para serem abusadas sexualmente.

“Ele [pai] me pegava a força e ela [mãe] via a situação de violência, só que ela falava que era eu que me entregava pra ele [...] Pra minha família eu não presto [...] O meu jeito de ser é um jeito alegre, sabe? De dar risada, e aí as pessoas acham que é um assanhamento. Então, pra minha família era isso, eu tava me assanhando pro meu pai. Aí, por isso, que aconteceu [o estupro], é o que eles diziam.” (AF09)

Discussão

A realidade analisada indica que a violência contra o adolescente está amparada na existência de um agressor (a mãe, o pai, familiares, conhecidos ou desconhecidos), detentor de poder superior ao da vítima, no que tange à hierarquia de geração⁽¹³⁾ e de gênero.

O espaço doméstico apareceu como o local que mais concentra a violência contra o adolescente. Cabe considerar que o núcleo familiar encontra-se permeado por relações desiguais de poder, potencialmente geradores de conflitos⁽¹⁴⁾. No entanto, o percentual de violência doméstica encontrado nesse estudo é superior ao descrito no relatório VIVA 2006-2007, que identificou que 50% das notificações de violência contra adolescentes ocorreram no ambiente doméstico⁽¹⁵⁾. Esse dado é evidência que a maior parte das violências notificadas no período analisado foi cometida por uma pessoa que deveria estar cuidando e protegendo o adolescente.

As notificações de negligência foram expressivas. Segundo o protocolo desenvolvido pela Rede de Proteção de Curitiba, a negligência acontece quando não há o provimento das necessidades e cuidados básicos para o desenvolvimento físico, emocional e social do adolescente⁽⁷⁾. Embora seja uma forma de violência caracterizada pela difícil definição e

identificação, pois envolve aspectos sociais, culturais e econômicos⁽⁶⁾, foi a mais notificada nos três anos analisados.

Quanto à violência física, revelada como a segunda forma de violência predominante, é importante ressaltar que o fenômeno reflete uma construção histórica, social e cultural e está intimamente arraigada na cultura familiar na nossa sociedade. O valor cultural de educação doméstica de crianças e adolescentes preserva o conceito de que os filhos são seres em construção, de propriedade dos pais e que, para serem educados, é necessário que sejam punidos quando errarem ou mostrarem-se insubordinados⁽¹⁶⁾. O conceito de violência física traz em si a ideia de poder, de controle, de força e de relações culturalmente construídas, em que o agressor, em uma posição superior na hierarquia de gênero e geração, tenta obter o que deseja, por meio de tortura, terror e dor⁽¹⁷⁾.

Ademais, a violência física contra o adolescente também é perpetrada por outros agentes, em diferentes ambientes comunitários e sociais. É um mecanismo utilizado em conflitos entre grupos de jovens, por exemplo, em boates, clubes, nos bairros e nas escolas. Essa dinâmica alimenta um padrão de convivência com a violência física e, conseqüentemente, de resposta a ela⁽¹⁷⁾. O reflexo disso pode estar relacionado ao alto índice de violência física que se deu no espaço extrafamiliar nesse estudo.

Nessa pesquisa, houve ainda diferença estatisticamente significativa entre a natureza da violência cometida e o sexo do adolescente, o que corrobora os achados de Assis e Deslandes⁽¹⁷⁾, que afirmam que a violência atinge diferentemente meninos e meninas. Assim, ao iluminar-se o fenômeno com as categorias utilizadas, entende-se que a violência sexual está associada a uma violência de gênero.

Teles e Melo⁽¹⁸⁾ chamam atenção para a maneira natural com que se convive com a violência de gênero, devido à sua presença tão arraigada no âmbito das relações humanas. A ideologia androcêntrica hegemônica em nossa sociedade sustenta os pactos familiares, comunitários e institucionais de aprovação, tolerância, silêncio e impunidade ligados à violência de gênero⁽¹⁹⁾. Assim como as relações de gênero, as relações intergeracionais são assimétricas e legitimam, portanto, o caráter de dominação e exploração da violência, oferecendo condições da perpetuação do poder do homem, branco, rico e adulto⁽²⁰⁾.

O fato de as mães serem as principais agressoras da violência pode estar relacionada ao aumento significativo de mulheres que gradativamente têm assumido a chefia da família, portanto, à responsabilidade total pelo cuidado das crianças e adolescentes. No município de Curitiba, 41,46% dos domicílios estão sob responsabilidade de mulheres. Esse percentual é superior ao encontrado no Paraná (35,64%) e no Brasil (38,74%)⁽¹²⁾. Embora esse índice

represente, de um lado, uma mudança no perfil socioeconômico das mulheres brasileiras e sua maior presença no mercado de trabalho, de outro, representa um percentual expressivo de mulheres encarregadas do suporte integral da família e que concentram a responsabilidade pela criação dos filhos, muitas vezes, sem o apoio mínimo necessário, seja da família ou do Estado.

Como resultado, observa-se que as relações desiguais de gênero acentuam as desigualdades relacionadas à classe social e à geração. A precariedade da situação social que as mulheres vivenciam, aliada às suas condições de vida subalternas – que as impedem de oferecer condições de vida dignas para si mesmas e para seus filhos – podem traduzir a elevada ocorrência de casos de negligência⁽⁶⁾.

Nessa pesquisa, os principais perpetradores da violência física foram desconhecidos. Acredita-se que os adolescentes estão mais expostos à violência perpetrada por esses agressores dada a sua maior exposição em situações de brigas, lutas, vandalismo e à violência comunitária, por exemplo. Outra possibilidade refere-se à omissão do autor da violência por medo ou ameaças feitas pelo perpetrador.

O fato de a maior parte dos perpetradores da violência sexual serem conhecidos das vítimas pode ser explicado pelo aumento de relações construídas no espaço público na etapa de vida da adolescência, se comparada à infância, por exemplo. Tais relações também são determinadas pelos constructos de gênero e geração e estabelecem novas vulnerabilidades à população adolescente. Contudo, não se pode descartar a hipótese de que os abusos cometidos por conhecidos não familiares podem ser mais facilmente denunciados pelos adolescentes vitimados, visto que, nesses casos, a cronicidade e o pacto de silêncio, comuns quando o abuso ocorre no ambiente doméstico, podem não estar presentes.

A análise dos dados permite afirmar que nos últimos anos houve avanço no processo de notificação da violência contra o adolescente na Rede Proteção de Curitiba, possibilitando ampliar o conhecimento da problemática no Município e consolidar o serviço como referência para o enfrentamento do problema. Contudo, ainda existem inconsistências no processo de notificação, que refletem na qualidade dos dados gerados. Tais inconsistências constituíram limitações para o presente trabalho e comprometeram a análise de algumas variáveis. Foram escassos, por exemplo, os dados sobre o local da agressão e o desfecho do caso.

Os discursos dos adolescentes revelaram a prática constante da violência física nas relações familiares e remetem à aceitação social que esta prática possui como ferramenta educativa. O fato de as agressões iniciarem-se diretamente no rosto e no pescoço carrega em si a expressão máxima de quem é o detentor de poder na relação, ou seja, aquele que pode

marcar a vítima, atingir sua beleza – atributo valorizado socialmente, especialmente entre os adolescentes – e, assim, deixar impresso no rosto a marca física do poder.

Muitas vezes, para o adolescente, o conceito de violência, de uma maneira geral, é entendido como algo muito maior ou mais grave, e diferente do que acontece comumente no seu cotidiano, por exemplo, a violência física. Daí decorre a dificuldade de se perceber como vítima e reconhecer as relações violentas em que está inserido. A naturalização da violência representa uma “ordem social injusta”, que leva à aceitação da violência, ou seja, um dispositivo comum de negociação e solução de conflitos⁽²¹⁾.

Essa naturalização também pode ser compreendida à luz da categoria geração, em que a pessoa mais velha, no caso os pais ou os responsáveis, detêm o poder perante o filho adolescente. Esse poder assume tamanha importância nas relações intergeracionais que é usado para legitimar agressões físicas, psicológicas, entre outras, como recursos permitidos e apropriados pelos adultos na vida em família.

O crivo da categoria geração, no caso dos adolescentes, adiciona mais uma assimetria de poder à relação entre vítima e agressor, e acentua ainda mais a dificuldade do primeiro se desvencilhar da situação violenta, na medida em que legitima o *status quo* de dominação do mais velho sobre o mais novo. Além disso, o adolescente ocupa também uma posição de dependência econômica perante seus familiares ou responsáveis, estando sujeito aos desígnios daquele que o provê financeiramente.

Os depoimentos das adolescentes vitimadas sexualmente apontam que, entre as diferentes naturezas da violência, a sexual é a menos denunciada pelas famílias, sobretudo pelo medo do rompimento da unidade familiar, se descoberta⁽²²⁾. O pacto do silêncio entre o agressor e a vítima tem potencial para encobrir o ocorrido, beneficiando a negação das evidências e os sinais de abuso, em nome da lealdade e da união familiar. Crianças e adolescentes são vitimizados tanto pelos agressores, como pela existência de redes e pactos de silêncio, tolerância, cumplicidade, medo e impunidade, não só por membros da família, mas também por vizinhos, amigos, profissionais da educação e saúde, entre outros, que, ao silenciarem diante de situações de violência que conhecem ou suspeitam, acabam por proteger o agressor⁽²³⁾.

O depoimento da adolescente vítima de abuso sexual pelo pai sob a mira de um revólver representa a forma maior de coerção imputada à vítima pelo agressor, a ameaça à vida para satisfazer seus desejos e lhe proporcionar prazer. Nesse contexto, a violência física, as ameaças, os sentimentos de medo e de impotência são elementos que contribuem para a manutenção do abuso sexual em segredo⁽²⁴⁾.

Destaca-se que a responsabilização da adolescente pelo abuso sexual sofrido estabelece uma perigosa inversão de papéis que perpetua a naturalização desse tipo de violência de gênero em que o abusador passa a assumir a posição de vítima e de refém de seus instintos sexuais, ao invés de ser responsabilizado pela agressão. O impacto que as desigualdades de gênero causam a essas adolescentes configuram, nesses casos, o controle e o poder do agressor, em que, para a vítima não há autonomia e tampouco há liberdade de escolha. Conforme Guedes, Silva e Fonseca⁽²⁵⁾, a desigualdade de gênero caracteriza uma das grandes contradições da sociedade, que se mantém ao longo da história da civilização, e tem submetido às mulheres um lugar social de subordinação. Uma das formas extremas de manifestação é a violência contra a mulher (nesse estudo, a violência contra a mulher adolescente), que deriva de uma assimetria de poder que se traduz em relações de força e dominação.

As situações vivenciadas pelos entrevistados ilustram o cotidiano violento das grandes cidades brasileiras, marcadas pela intensa desigualdade social e econômica, impulsionadas pelo modo de produção capitalista, propulsor das tensões sociais⁽²¹⁾. Em um contexto de extrema desigualdade social, falta de oportunidades, crescente desemprego, exclusão social, cultural e moral a que os jovens estão expostos, a violência passa a caracterizar uma escolha viável, a partir da inclusão de crianças e adolescentes no crime organizado⁽²⁶⁾.

Em síntese, pode-se afirmar que a violência contra o adolescente reduz a vítima a objeto. O adulto, nessa relação, expressa, por meio da violência, o seu poder sobre o mais fraco. Para a vítima adolescente, a depreciação e a baixa autoestima geradas por esses episódios podem ser responsáveis pela sua perpetuação nas relações afetivas posteriores e por dificuldades no seu desenvolvimento como sujeito da própria história⁽²⁷⁾.

Considerações finais

A violência perpetrada contra o adolescente é sustentada pelas assimetrias de poder entre as gerações e os gêneros. Apesar de incidir, de maneira geral, similarmente sobre ambos os sexos, a análise das notificações constatou que a violência se estabelece de maneira diferente para meninos e meninas. Tal fato indica, portanto, que a determinação de gênero, em alguns casos, supera a de geração, a exemplo dos casos de violência sexual que incidiram majoritariamente sobre meninas e os de violência física que se destacaram entre os meninos.

A realidade aponta para o adolescente vítima de violência como não protagonista da sua cidadania e como não sujeito de direitos, tanto no ambiente doméstico como no ambiente extrafamiliar, onde está exposto às mais diversas mazelas – desigualdades sociais,

desemprego, pouca ou nenhuma possibilidade de ascensão social, violência comunitária, entre outros – intensificadas, em grande parte, pelo modo de produção neocapitalista que caracteriza a sociedade em que vivemos, tendo em vista que a construção social das relações naturaliza o poder do adulto perante o adolescente e, assim, justifica a dominação do mais fraco.

A impotência frente ao agressor desqualifica o adolescente nas relações intergeracionais e intergênero. O medo dos agressores, construído a partir de ameaças, até mesmo contra a vida, os silencia em relação às agressões sofridas. Essa relação de poder extremamente desigual entre vítima-agressor-família constitui uma tríade em que a violência é velada, naturalizada e silenciada não só pela vítima, mas pelos demais membros.

No município de Curitiba, a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência constitui uma estratégia que aponta para a possibilidade de enfrentamento e superação da problemática da violência contra o adolescente, uma vez que desenvolve ações que contribuem para a mudança do paradigma que toma a violência contra o adolescente como um fenômeno natural. Contudo, apesar dos avanços no que tange à notificação dos dados é ainda indispensável o investimento nesse âmbito, pois sabe-se que muitas das situações de violência ainda se passam longe do alcance de equipes de saúde, educação e assistência social.

Acredita-se que a notificação é fundamental para constatar a magnitude da problemática da violência em um dado território, e assim contribuir para aumentar sua visibilidade e despertar o olhar de todos os segmentos sociais para a urgência da necessidade de atuação frente ao fenômeno, com o intuito de estabelecer condições de vida que permitam a não violência nos espaços intra e extrafamiliar.

Referências

1. Souza MKB, Santana JSS. Atenção ao adolescente vítima de violência: participação dos gestores municipais de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2009; 14(2): 547-555.
2. World Health Organization. World report on violence and health. World Health Organization; 2002.
3. Ferreira KMM. Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes- nossa realidade. In: Silva LMP, organizadora. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes*. Recife: EDUPE; 2002.
4. Saffioti HIB. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil. In: Madeira FR. *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos tempos; 1997.

5. Lemos FCS, Guimarães JL, Cardoso Junior HR. A produção da violência doméstica contra crianças e adolescentes. In: Araújo MF, Mattioli OC, organizadoras. *Gênero e Violência*. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.
6. Apostólico MR, Nóbrega CR, Guedes RN, Fonseca RMGS, Egry EY. Characteristics of violence against children in a Brazilian Capital. *Rev Latino-am Enfermagem*. 2012;20(2):266-73.
7. Protocolo da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a violência. Curitiba; 2008.
8. Bardin L. *Análise de Conteúdo*. Edição revisada e atualizada. Lisboa: Edições 70; 2009. p.281.
9. Scott J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*. 1995;20(2):16-28.
10. Fonseca, RMGS. Gênero como categoria para a compreensão e a intervenção no processo saúde-doença. PROENF- Programa de atualização em Enfermagem na saúde do adulto. Porto Alegre: Artmed/Panamericana; 2008, v.3, p.9-39.
11. Sarmiento MJ. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Educ. Soc.* 2005; 26(91): 361-78.
12. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico 2010. [internet]. 2010 [citado 2013 ago. 18]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>.
13. Assis SG, Deslandes SF, Marques MAB. Violência contra crianças e adolescentes em busca de uma definição: In: Marques MAB, organizadora. *Violência doméstica contra crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: Vozes; 1994.
14. Gomes NP, Diniz NMF, Araújo AJS, Coelho TMF. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta Paul Enferm*. 2007;20(4):504-8.
15. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. *Guia de vigilância epidemiológica*. 7ª ed. Brasília; 2009.
16. Ristum M. A violência doméstica contra crianças e as implicações da escola. *Temas em Psicologia*. 2010;18(1): 231-42.
17. Assis SG, Deslandes SF. Abuso físico em diferentes contextos de socialização infanto-juvenil. In: *Violência faz mal a saúde*. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.
18. Teles MA, Melo M. O que é violência contra a mulher. *Coleção Primeiros Passos*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
19. Faleiros E. Violência de gênero. In: *violência contra a mulher adolescente-jovem*. Tarquette SR, organizadora. Rio de Janeiro: EdUERJ; 2007.
20. Saffioti HIB. A síndrome do pequeno poder. In: Azevedo MA, Guerra VNA. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu; 1989.
21. Carinhonha JI, Penna LHG. Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em instituições de abrigamento. *Texto Contexto Enferm*. 2012;21(1):68-76.
22. Justino LCL, Ferreira SRP, Nunes CB, Barbosa MAM, Gerk MAS, Freitas SLF. Violência sexual contra adolescentes: notificações nos Conselhos Tutelares, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Rev Gaúcha Enferm*. 2011;32(4): 781-7.
23. Faleiros VP, Faleiros ES. *Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2008.

24. Habigzang LF et al. Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia: reflexão e crítica*. 2005; 21(2): 338-344.
25. Guedes RN, Silva ATMC, Fonseca RMGS. A violência de gênero e o processo saúde doença das mulheres. *Esc Anna Nery Rev Enferm*. 2009;13(3):631-5.
26. Minayo MCS. *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006.
27. Guedes MEF, Moreira ACG. Gênero, saúde e adolescência: uma reflexão a partir do trabalho com a violência doméstica e sexual. *Advances Health Psychology*. 2009;17(2):79-91.